



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

ESTADO DO PARANÁ

ATA DA DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA, DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, ESTADO DO PARANÁ, REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2026.

**MESA EXECUTIVA:**

**JORGE TORQUATO JUNIOR  
PAULO CEZAR MIYAZAKI  
NEUZA COSTA SOUZA**

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Assaí, Estado do Paraná, à hora regimental, no Anfiteatro do Centro Estadual de Educação Profissional Prof<sup>ª</sup> Maria Lídia Cescato Bomtempo – CEEP, situado na Rua Edgar Bardal s/n, presentes os Senhores Vereadores: ALESSANDRO CEZAR TORQUATO, CARLOS JÚNIOR DA SILVA, CLÉSIO CARLOS CRUZ, JORGE TORQUATO JUNIOR, NEUZA COSTA SOUZA, PAULO CEZAR MIYAZAKI, PAULO HARA, RAIDAR AHMAD ALI CHEHADE e ROSANO CUSTÓDIO, cujos nomes constam da Folha de presença em anexo, realizou-se a DÉCIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ, sob a presidência do Senhor Vereador JORGE TORQUATO JUNIOR e Secretariado pelos Vereadores Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. E por estar em número legal e sobre proteção de Deus o senhor Presidente declarou aberta a sessão. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, iniciou a sessão destacando que esta era a primeira sessão realizada fora da sede da Câmara, em um local provisório, e solicitou a compreensão de todos os presentes, vereadores e munícipes, pela adaptação necessária, com a promessa de melhorias futuras. Em seguida, convidou o Vereador Paulo Hara para realizar a leitura bíblica, que foi extraída da Primeira Carta de Pedro, capítulo 3. Após a leitura bíblica, o Presidente determinou à secretária da Casa que procedesse à leitura da ata da décima sessão ordinária, realizada em 14 de abril de 2026, com a Mesa Executiva composta por Jorge Torquato Junior, Paulo Cezar Miyazaki e Neuza Costa Souza. A ata foi colocada à disposição dos vereadores e, não havendo manifestações, foi considerada aprovada. Na sequência, foram lidas as matérias constantes do expediente: Ofício nº 121/2026, da Prefeitura do Município de Assaí, datado de 14 de abril de 2026, encaminhando o Projeto de Lei nº 10/2026, que "Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2027 e das outras providências". A matéria foi encaminhada à Comissão de Justiça e Finanças para parecer. Ofício nº 123/2026, da Prefeitura do Município de Assaí, datado de 22 de abril de 2026, encaminhando o Projeto de Lei nº 12/2026, que "Autoriza o Poder Executivo de Assaí a aderir ao programa Casa Fácil Paraná, a firmar convênios, aportar recursos, executar as necessárias implantações de empreendimentos habitacionais de interesse social, estabelecer critérios complementares de elegibilidade, controle de ocupação, fiscalização periódica, hipótese de reversão ao patrimônio público municipal e das outras providências". A matéria foi encaminhada à Comissão de Justiça, Finanças e Viação Obras Públicas e Planejamento para parecer. Projeto de Lei nº 13/2026, de autoria dos Vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz e Rosano Custódio, que "Acrescenta o parágrafo terceiro ao artigo 139 da Lei Municipal nº 1818 de 2022, que institui o ecossistema do Vale do Sol, constituído pela Política Municipal de Ciência, Tecnologia e Inovação, pelos mecanismos para estímulo à inovação, à economia criativa, ao empreendedorismo, à Pesquisa de qualificação científica e tecnológica, pela criação de ambientes regulatórios experimentais, sandbox regulatório e pela estratégia de transformação digital e das outras providências". A matéria foi encaminhada à Comissão de Justiça, Finanças e Educação, Saúde Pública para parecer. Mensagem de Veto ao Projeto de Lei



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

nº 09/2026, da Prefeitura do Município de Assaí, comunicando o veto total por contrariedade ao interesse público e inadequação jurídica, nos termos do artigo 24, parágrafo 1º da Lei Orgânica do Município de Assaí. A matéria foi encaminhada à Comissão de Justiça para parecer. Parecer da Comissão de Justiça e Redação, Finanças, Orçamento e Tomada de Contas e Viação, Obras Públicas e Planejamento, opinando favoravelmente à aprovação do Projeto de Lei nº 08/2026, de 9 de abril de 2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza o município de Assaí a abrir crédito adicional especial com fins em criar ação de despesa e inclusão de elementos de despesa referente ao convênio que entre si celebram a Companhia de Habitação do Paraná e o município de Assaí, no Orçamento Geral do Município e das outras providências": A Ordem do dia da Presente Sessão. Terminado os despachos, por questão de ordem o Vereador Paulo Cezar Miyazaki solicitou a inclusão do Parecer da Comissão de Justiça, Legislação e Redação, opinando pela derrubada do Veto do Prefeito Municipal ao Projeto de Lei nº 09/2026 na ordem do dia para apreciação e votação. Em seguida, o Vereador Alessandro Cezar Torquato solicitou a inclusão do Projeto de Lei nº 13/2026 na pauta da ordem do dia, em regime de urgência. Na Ordem do Dia, foi colocado em discussão o pedido de urgência referente ao Projeto de Lei nº 013/2026, de autoria dos Vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz e Rosano Custódio, que visa acrescentar o inciso terceiro ao artigo 139 da Lei Municipal nº 1818/2026. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, explicando que o pedido de urgência se devia à grande demanda e discussão na cidade sobre o tema, visando tranquilizar a população. Afirmou que o projeto foi amplamente divulgado e esclarecido aos vereadores. Não havendo mais manifestações, o pedido de urgência foi submetido à votação nominal. A segunda secretária procedeu à chamada. O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade de votos. Em seguida, foi colocado em discussão o pedido de inclusão na ordem do dia da Mensagem de Veto ao Projeto de Lei nº 09/2026. Não havendo manifestações, o pedido de urgência foi submetido à votação nominal. A segunda secretária procedeu à chamada. O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade de votos. Prosseguindo com a Ordem do Dia, foi iniciada a votação da Mensagem de Veto ao Projeto de Lei nº 09/2026. O Presidente explicou que o projeto vetado se referia à regularização do prédio da Câmara, e que o parecer da Comissão de Justiça e Redação opina pela derrubada do veto para permitir o prosseguimento da reforma e outras ações. Não havendo manifestações para discussão, a votação foi realizada por cédulas secretas. O Presidente determinou a distribuição das cédulas e em seguida o recolhimento das mesmas. A segunda secretária procedeu à apuração dos votos. O veto ao Projeto de Lei nº 09/2026 foi rejeitado por unanimidade de votos. Em seguida, foi colocado em primeira discussão o Projeto de Lei nº 08/2026, de autoria do Executivo Municipal, que "Autoriza o município de Assaí a abrir crédito adicional especial com fins em criar ação de despesa e inclusão de elementos de despesa referente ao convênio que entre si celebram a Companhia de Habitação do Paraná e o município de Assaí, no Orçamento Geral do Município e das outras providências". Não havendo manifestações para discussão, a votação foi realizada nominalmente. A segunda secretária procedeu à chamada. O Projeto de Lei nº 08/2026 foi aprovado por unanimidade de votos em primeira discussão. Prosseguindo, foi colocado em primeira e única discussão, em regime de urgência, o Projeto de Lei nº 013/2026, de autoria dos Vereadores Alessandro Cezar Torquato, Carlos Junior da Silva, Clésio Carlos Cruz e Rosano Custódio, que "Acrescenta o inciso terceiro ao artigo 139 da lei número 1818 de 2022, que institui o ecossistema do Vale do Sol, constituído pela política municipal de ciência, tecnologia e inovação, pelos mecanismos para estímulo à inovação, à economia criativa, ao empreendedorismo, à pesquisa e qualificação científica e tecnológica. Pela criação de ambientes regulatórios, experimentais, sandbox regulatório e pela estratégia de transformação digital e da outras providências". O Vereador Alessandro Cezar



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

Torquato fez uso da palavra, expressando preocupação com a burocracia do cadastramento no assai.gov, citando inúmeras reclamações de munícipes, especialmente idosos, sobre dificuldades de locomoção, longas filas e exigência de documentação excessiva. Ele defendeu que a prefeitura deveria criar meios mais acessíveis para o cadastro, como pontos em farmácias ou visitas domiciliares, e que a falta de cadastro não deveria impedir o atendimento. Mencionou que, em reunião com o promotor, foi informado que o município tinha poder para tal, mas que a Câmara buscaria uma lei para retirar a obrigatoriedade. Afirmou que a lei seria aprovada e que, caso vetada pelo prefeito, o veto seria derrubado. Criticou a criação de dificuldades em vez de facilidades para a população. O Vereador Carlos Junior da Silva corroborou as preocupações, relatando casos de munícipes que precisaram de declarações de união estável ou contratos de locação para o cadastro, o que considerou uma "judiação" com a população. Questionou a finalidade do GOV Assaí, sugerindo que seria apenas para o conceito de "cidade inteligente", sem precedentes em outros municípios. Criticou a falta de comunicação do prefeito com a população sobre o programa e a negação de atendimentos especializados por falta de cadastro. Enfatizou o papel do vereador em fazer e fiscalizar leis, e não apenas aprovar ações do prefeito, defendendo a população mais humilde. O Vereador Rosano Custódio concordou que o GOV poderia ser útil, mas ressaltou a necessidade de um prazo adequado para o cadastramento e de um atendimento humanizado. Relatou um incidente em que uma senhora idosa foi maltratada ao tentar fazer o cadastro por falta de um comprovante de residência em seu nome, e outro caso de um deficiente visual que não conseguiu atendimento por falta de senha. Defendeu que a prefeitura deveria informar melhor a população e criar facilidades, como visitas domiciliares ou pontos de atendimento em postos de saúde. O Vereador Paulo Hara manifestou indignação com relatos de recusa de consultas e remédios por falta de cadastro, contrariando informações iniciais. Sugeriu um prazo de pelo menos seis meses para o cadastramento e uma explicação mais clara e simples do programa à população. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade reiterou a importância do GOV, mas defendeu a necessidade de um prazo de seis meses a um ano para o cadastramento, com pontos de atendimento em postos de saúde ou visitas domiciliares. Relatou ter acompanhado pessoas idosas que não foram atendidas após horas de espera. Enfatizou que a saúde é prioridade e que ninguém busca atendimento sem necessidade, exigindo respeito aos eleitores e munícipes, independentemente de sua condição social. A Vereadora Neuza Costa Souza descreveu o GOV como um "labirinto" para a população, especialmente idosos. Sugeriu que os entregadores de remédios pudessem auxiliar no cadastramento domiciliar, evitando o deslocamento dos munícipes. Expressou horror com a negação de consultas e remédios por falta de cadastro, pedindo mais humanidade e diálogo para resolver a situação. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, fez uso da palavra, compartilhando sua experiência como ex-secretário e questionando a necessidade de um novo cadastro, visto que um programa similar já havia sido implantado em 2022. Sugeriu o uso do programa Web Saúde do Ministério da Saúde, que já realiza a manutenção diária dos cadastros. Reconheceu que o prefeito tem a prerrogativa de criar o cadastro para proteger o município do uso indevido de serviços por pessoas de fora, mas criticou a forma de implementação, que considerou desorganizada e burocrática. Defendeu a participação de profissionais da saúde na elaboração do processo e a criação de pontos de atendimento em todos os postos de saúde, com horários estendidos. Expressou preocupação com a sobrecarga dos agentes comunitários e o exagero na documentação exigida. Não havendo mais manifestações, a votação foi realizada nominalmente. A segunda secretária procedeu à chamada. O Projeto de Lei nº 013/2026 foi aprovado por oito votos a um, em primeira e única discussão. Encerradas as matérias constantes da pauta da Ordem do Dia, passou-se às Explicações Pessoais. O Vereador Rosano Custódio fez uso da palavra, reiterando a importância de um cadastramento



# CÂMARA MUNICIPAL DE ASSAÍ

## ESTADO DO PARANÁ

humanizado e sem burocracia. Em seguida, abordou um projeto de cultura que não havia recebido seu parecer para votação. Explicou que sua intenção era propor uma emenda para criar o "Dia do Tropeiro", conforme promessa do prefeito, e homenagear tropeiros históricos do município. Criticou a falta de educação da secretária de cultura com os vereadores e a população, defendendo que a cultura é importante e que a Câmara buscaria recursos para ela. O Vereador Alessandro Cezar Torquato fez uso da palavra, reforçando a necessidade de humanização e respeito na gestão pública. Relatou mais casos de negação de consultas por falta de cadastro. Criticou o prefeito por utilizar a máquina pública em benefício pessoal, citando gastos com telão, carro de luxo, show, móveis de gabinete e diárias, enquanto se recusava a conceder um reajuste de 9% a dois pediatras renomados, Dr. Pançan e Dra. Albanira, que atendem há 37 anos no município. O Vereador Carlos Junior da Silva fez uso da palavra, complementando a discussão sobre o GOV Assaí, mencionando que o prefeito deveria fazer uma live para explicar o programa à população. Criticou a postura do prefeito de não gostar de ações que a população aprecia, citando o exemplo do encontro de carros antigos que não pôde usar o centro de eventos e a proibição de acender os refletores do estádio municipal durante um jogo, o que considerou uma vergonha para a cidade. O Vereador Clésio Carlos Cruz fez uso da palavra, concordando com a importância do cadastro, mas dentro de limites. Criticou a postura do prefeito, que "pensa que é um Deus", e a falta de humanidade na gestão. Mencionou a perseguição política e a falta de atenção a problemas como a falta de sombra na cidade e ruas esburacadas. Concluiu alertando os vereadores sobre a proximidade das eleições e a necessidade de união para mudar a situação do município. O Presidente, Vereador Jorge Torquato Junior, assumiu a palavra, parabenizando as participantes do baile da Rainha do Rodeio e as vencedoras. Mencionou a corrida de São José e a festa de aniversário da cidade, defendendo a importância de eventos para a população, especialmente os menos favorecidos, e a gratuidade dos brinquedos para as crianças. Em relação ao incidente no estádio, explicou que o responsável pela reserva do campo não havia ligado os refletores, apesar de ter a chave, e que o prefeito não estava ciente da situação. A Vereadora Neuza Costa Souza fez uso da palavra, reiterando a necessidade de um cadastramento humanizado para o GOV. Expressou pesar pela saída dos pediatras Dr. Pançan e Dra. Albanira, mas optou por não aprofundar o assunto. Defendeu a festa de aniversário da cidade, especialmente a gratuidade dos brinquedos e o show, como uma forma de alegria para as crianças e mães que não teriam acesso a tais eventos de outra forma. O Vereador Rosano Custódio interveio, concordando com a importância da festa e sugerindo a inclusão de um dia de show gospel no futuro. O Vereador Paulo Hara fez uso da palavra, relatando dificuldades em contatar o SAMU (192) em duas ocasiões de emergência, uma delas envolvendo seu genro e outra um senhor caído na rua. Mencionou que o celular de contato direto com a viatura havia sido cortado, e que o 192 não atendia, gerando reclamação geral. Sugeriu que a Câmara tomasse providências para resolver o problema. O Vereador Raidar Ahmad Ali Chehade fez uso da palavra, parabenizando os vereadores pela unanimidade na defesa da população em relação ao GOV Assaí. Sugeriu que a festa de aniversário da cidade convidasse montadores de touro locais para se apresentarem. Defendeu a festa como um benefício para a população, especialmente o quilo de alimento para doação. Reiterou a cobrança pela construção do hospital e da cobertura para os trabalhadores que aguardam transporte para Londrina. Nada mais havendo a tratar, o Presidente agradeceu a presença de todos, vereadores, municipais e funcionários da Casa, em especial Rosângela, Dona Nete, Darlan e Bruno, pelo apoio na realização da sessão. Declarou encerrado o trabalho da presente sessão.